SELEÇÃO PÚBLICA

Estágio remunerado - Direito

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

NOME DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

Leia com atenção as instruções

1. Ao receber o caderno de provas, preencha o espaço reservado para a identificação do(a) candidato(a);

2.Verifique se este caderno contém 40 questões objetivas, numeradas de 1 a 40. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores;

3. É vedada a utilização de qualquer aparelho eletrônico durante a realização da prova. O(A) candidato(a) que estiver portando equipamento eletrônico deverá desligá-lo antes do início da prova

4. Para cada questão existe apenas UMA resposta certa;

5. Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões objetivas e escolher a resposta certa. Depois, verifique no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D) da resposta que você escolheu e marque essa letra na FOLHA RESPOSTA, conforme o exemplo: Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ ;

6. Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul;

7. Será considerada como não pontuada a questão em que a resposta não corresponder ao gabarito oficial, estiver com mais de uma alternativa assinalada, estiver totalmente em branco, rasurada, ou preenchida fora do campo reservado às respostas;

8. A duração da prova é de 3hs (três horas), para responder a todas as questões e preencher a FOLHA RESPOSTA;

9. Durante a prova é vedado ao(à) candidato(a) pedir esclarecimento sobre o conteúdo dos enunciados das questões. Não será permitida qualquer consulta;

10. Não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem a autorização do fiscal de sala. Caso o(a) candidato(a) deseje ir ao banheiro, deverá informar à equipe de supervisão da fiscalização da prova, para as providências necessárias;

11. O(a) candidato(a) poderá entregar o cartão resposta e deixar a sala apenas 1h (uma hora) depois do início da realização da prova. Após a conclusão da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido. CASO DESEJE ANOTAR O GABARITO ASSINALADO, SÓ PODERÁ FAZÊ-LO MEDIANTE FOLHA DE RASCUNHO A SER ENTREGUE PELO PRÓPRIO FISCAL E SAIR DA SALA APÓS DECORRIDO 1H30 DO INÍCIO DA PROVA;

12. O caderno de prova poderá ser levado pelo(a) candidato(a) desde que esteja faltando 30 (trinta) minutos para o período de conclusão da prova e que seja previamente autorizado pelo fiscal;

13. A desobediência a qualquer uma das recomendações acima, implicará a eliminação do(a) candidato(a).

DIREITO ADMINISTRATIVO

01. A Prefeitura de um município identificou que um estabelecimento comercial está funcionando sem a devida licença ambiental. Apesar de reiteradas notificações, o proprietário se recusou a regularizar a situação. Diante disso, a administração pública determinou a interdição do local e a aplicação de uma multa substancial. Considerando os limites e as características do poder de polícia, analise as alternativas abaixo e assinale a CORRETA:

A) A interdição do estabelecimento caracteriza abuso de poder, pois a administração pública não pode restringir atividades econômicas sem prévia decisão judicial.
B) O poder de polícia permite que a administração pública limite direitos individuais para garantir o interesse coletivo, desde que respeitados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
C) O proprietário pode continuar funcionando normalmente enquanto recorre administrativamente da decisão, pois o efeito suspensivo é inerente a qualquer recurso no âmbito do poder de polícia.
D) A aplicação da multa sem decisão judicial é inconstitucional, pois qualquer sanção administrativa que imponha penalidade financeira deve ser precedida de sentença judicial.

02. Um servidor público federal, responsável por fiscalizar contratos administrativos, descobre que uma empresa contratada para fornecer materiais de escritório está entregando produtos de qualidade inferior ao especificado no contrato. No entanto, ele decide não adotar nenhuma medida por temer represálias políticas, permitindo que o contrato continue sendo executado irregularmente.

Com base nos princípios do Direito Administrativo, qual alternativa melhor caracteriza a conduta do servidor?

A) O servidor violou o princípio da autotutela, pois deveria ter anulado o contrato imediatamente sem necessidade de análise prévia.
B) Sua omissão caracteriza afronta ao princípio da eficiência, pois permitiu que um serviço público fosse prestado de forma inadequada, sem tomar medidas para corrigir o problema.
C) A conduta do servidor está justificada pelo princípio da segurança jurídica, pois evitar a anulação do contrato garante a estabilidade da relação administrativa.
D) O princípio da indisponibilidade do interesse público não foi violado, pois o servidor não tem obrigação de interferir em contratos já assinados, cabendo essa atribuição exclusivamente ao órgão gestor.

03. Com base nas disposições da Lei nº 8.112/90, assinale a alternativa correta:

Sobre os direitos e deveres dos servidores públicos regidos pela Lei 8.112/90, considere as afirmativas abaixo:

A) O servidor público pode ser removido para outra localidade, independentemente de sua vontade, desde que haja interesse da administração pública.
B) A licença para tratamento de saúde é concedida exclusivamente quando o servidor estiver em tratamento médico em estabelecimentos públicos.
C) O servidor público, durante o afastamento para o exercício de mandato classista, tem direito à remuneração integral.
D) O servidor público que cometer infração administrativa pode ser punido com a suspensão, que não poderá exceder 90 dias, salvo quando se tratar de infrações muito graves.
E) O servidor público não pode acumular cargos públicos, mesmo que os cargos sejam de profissões distintas, desde que a carga horária total não ultrapasse 60 horas semanais.

Alternativas:
A) Apenas as alternativas A, C e D estão corretas.
B) Apenas as alternativas A, B e C estão corretas.
C) Apenas a alternativa A está correta.
D) Apenas as alternativas B, D e E estão corretas.

04. Considerando a organização da Administração Pública e suas características, analise as afirmativas abaixo:

A) A descentralização se refere à transferência de competências e responsabilidades de um órgão central para entidades autônomas, como as autarquias, fundações e empresas públicas.
B) A desconcentração é o processo pelo qual se transfere parte da autoridade e competência para diferentes órgãos dentro de uma mesma pessoa jurídica, com o objetivo de descentralizar a atuação da Administração Pública.
C) Os órgãos públicos possuem personalidade jurídica própria e independência administrativa, sendo responsáveis pela execução das funções administrativas.
D) A Administração Pública direta é composta pelos órgãos do Estado, enquanto a Administração Pública indireta é formada pelas entidades autárquicas, fundacionais, empresas públicas e sociedades de economia mista;
E) A descentralização administrativa sempre implica na criação de uma nova pessoa jurídica, com personalidade jurídica distinta da pessoa jurídica do ente central.
Alternativas:
A) Apenas as alternativas A, B e D estão corretas.
B) Apenas as alternativas A, C e E estão corretas.
C) Apenas as alternativas B, D e E estão corretas.
D) Todas as alternativas estão corretas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

05. Reza a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 134 que a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe. Assinale a alternativa ERRADA:

A) A orientação jurídica e a promoção dos direitos humanos.
B) A defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos.
C) Cabendo a promoção do direitos dos empresários.
D) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa.

06. No artigo 4º da Constituição Federal, pertencente ao Titulo I, consta que a República Federativa do Brasil rege-se nas relações internacionais pelos seguintes princípios. Assinale a alternativa ERRADA.

A) Igualdade entre os Estados.
B) Prevalência dos direitos humanos.
C) Concessão de asilo políticos.
D) A não solução pacífica dos conflitos.

07. Na esteira do Artigo 5º, podemos destacar a única alternativa CORRETA. A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

A) O não perdimento de bens.
B) Prestação social alternativa.
C) A não aplicação de multa.
D) A não suspensão de direitos.

08. Consoante o artigo 12 da Constituição Federal, são considerados brasileiros natos. Assinale a alternativa INCORRETA.

A) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de país brasileiros, desde que não estes não estejam a serviço de seu país.

B) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
C) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
D) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que não estes não estejam a serviço de seu país.

DIREITO CIVIL

09. Sobre capacidade e personalidade, marque o CORRETO:

A) Cessará, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento particular, dependentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
B) A menoridade cessa aos dezesseis anos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
C) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
D) Toda pessoa, somente a partir dos dezoito anos de idade, é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

10. Sobre o direito de vizinhança, marque o CORRETO:

A) Apenas o proprietário de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha.
B) Apenas o possuidor tem direito a exigir do dono do prédio vizinho a demolição, ou a reparação deste, quando ameace ruína, bem como que lhe preste caução pelo dano iminente.
C) O proprietário, possuidor, detentor, síndico ou administrador de um prédio, em que alguém tenha direito de fazer obras, pode, no caso de dano iminente, exigir do autor delas as necessárias garantias contra o prejuízo eventual.
D) O dono do prédio que não tiver acesso a via pública, nascente ou porto, pode, mediante pagamento de indenização cabal, constranger o vizinho a lhe dar passagem, cujo rumo será judicialmente fixado, se necessário.

11. Sobre os alimentos, marque o CORRETO:

A) Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.
B) Os filhos adotivos não possuem direito à prestação de alimentos.
C) O direito à prestação de alimentos é unilateral e apenas entre filhos e pais e limitado a menoridade do alimentando.
D)Os alimentos, uma vez fixados, são imutáveis.

12. Sobre o regime de bens, marque o CORRETO:

A) O regime de bens entre os cônjuges começa a vigorar desde a data da sua feitura.
B) Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão parcial.
C) É inadmissível a alteração do regime de bens.
D) No regime de comunhão parcial, comunicam-se os bens que sobrevierem ao casal, na constância do casamento, adquiridos onerosamente, por doação ou sucessão.

13. Sobre casamento, marque a alternativa CORRETA:

A) É nulo o casamento de quem não completou a idade mínima para casar.

B) É anulável o casamento contraído por infringência de impedimento.
C) É nulo o casamento celebrado por autoridade incompetente para o ato solene.
D) O menor que não atingiu a idade núbil poderá, depois de completá-la, confirmar seu casamento, com a autorização de seus representantes legais, se necessária, ou com suprimento judicial.

14. Sobre relação de parentesco e filiação, marque a alternativa INCORRETA:

A) Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
B) O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consangüinidade ou outra origem.
C) Cabe ao marido o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher e a ação prescreve em lapso temporal de 10 anos, a contar da data do assento de nascimento dos filhos.
D) Na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável.

15. Sobre exercício da tutela, marque a alternativa INCORRETA:

A) Incumbe ao tutor, sob a inspeção do juiz, administrar os bens do tutelado, em proveito deste, cumprindo seus deveres com zelo e boa-fé.
B) Os bens do menor serão entregues ao tutor mediante termo especificado deles e seus valores, ainda que os pais o tenham dispensado.
C) Os imóveis pertencentes aos menores sob tutela somente podem ser vendidos quando houver manifesta vantagem, mediante prévia avaliação judicial e aprovação do juiz.
D) O tutor responde pelos prejuízos que por culpa causar ao tutelado; caso atue com dolo, pode ser excluído da tutela, a depender do caso e critério do juízo, não terá direito a ser pago pelo que realmente despender no exercício da tutela e o valor do prejuízo pode ser descontado da remuneração a que faz jus pelo exercício da tutela.

16. Sobre o direito das sucessões, é CORRETO afirmar:

A) Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos. Para os testamentários, a transmissão ocorre após a sentença que homologa o cumprimento do testamento, mediante ação específica para tal.
B) Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão.
C) É possível aceitar ou renunciar a herança em parte, sob condição realizável ou a termo.
D) São pessoais os efeitos da exclusão; os descendentes do herdeiro excluído, por sua vez, sucedem como se ele tivesse renunciado à herança antes da abertura da sucessão.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17. Acerca do procedimento comum previsto na lei processual civil, é CORRETO afirmar-se que:

A) Após a citação, o autor, motivadamente, poderá aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu.
B) Em um único processo, é lícita a cumulação contra o mesmo réu, de vários pedidos, nos casos de comprovada conexão.
C) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apresentar pedido de reconsideração, facultado ao juiz, no prazo de 10 (dez) dias úteis, retratar-se.
D) Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

18. Assinale a alternativa CORRETA:

A) A curatela será exercida pela Defensoria Pública nos termos da lei.
B) Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência pode ser manifestado por qualquer um dos litisconsortes.
C) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta o prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
D) Verificando a existência de irregularidades ou de vícios sanáveis, o juiz determinará sua correção em prazo nunca superior a 60 (sessenta) dias.

19. Sobre a tutela provisória, marque a alternativa CORRETA:

I) A tutela provisória de urgência poderá ser concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano, o risco ao resultado útil do processo ou quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte, ainda que haja risco de irreversibilidade dos efeitos da decisão;
II) A tutela de natureza cautelar efetiva-se mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem, assim como qualquer outra medida que assegure o direito.
III) Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.
IV) A tutela de evidência deverá ser concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil ainda quando processo, quando ficar comprovado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte; as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante; se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que se determinara a entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa; a petição inicial for instruída com prova documental dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

a) somente estão corretas os ítens I, III e IV.
b) somente estão erradas os itens I e IV.
c) somente estão corretos os itens II, III e IV.
d) todos os itens estão corretos.

20. Acerca da sentença de mérito e da coisa julgada, marque a alternativa INCORRETA:

A) Da sentença e da decisão acerca das questões resolvidas na fase de conhecimento que a seu respeito não comporte agravo de instrumento cabem apelação, e neste ultimo caso, devem ser arguidas como preliminares ou em contrarrazões.
B) o relator monocraticamente tem o poder de: não conhecer do recurso inadimissível, prejudicado, que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão; que seja contrário à Súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal; a acórdão proferido pelo Supremo tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamentos de recursos repetitivos; a entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência e, depois de dar oportunidade para as contrarrazões, dar provimento ao recurso, caso a decisão recorrida seja contrária a Súmula do Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos, entendimento firmado em incidente de

resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.
C) Cabe Agravo de Instrumento das decisões que versam sobre tutelas provisórias; mérito do processo; rejeição da alegação de convenção de arbitragem; incidente de desconsideração da personalidade jurídica; rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação; exibição ou posse de documento ou coisa; exclusão de litisconsorte; rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio; admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros; concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução; redistribuição do ônus da prova nos termos do art, 373, § 1º, outros casos previstos em lei.
D) Cabem embargos de declaração apenas contra as sentenças de mérito para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou eliminar contradição sobre o que devia se pronunciar o juiz de oficio ou a requerimento e para corrigir erro material.

21. Marque a alternativa CORRETA a partir da análise das afirmações abaixo, conforme Código de Processo Civil:

1) São requisitos da petição inicial, nos termos do CPC:I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações;V - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;VI - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.
2) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, não precisando indicar com precisão o que deve ser corrigido ou completado.
3) A reconvenção pode ser proposta contra o autor da ação e contra terceiro.
4) No processo de conhecimento, caso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo comum não superior a 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas.

Marque a afirmação CORRETA:

A) Todas as afirmativas estão corretas.
B) Somente uma alternativa está correta.
C) Há duas alternativas estão corretas.
D) Há três afirmativas corretas.

22. Marque a alternativa INCORRETA:

A) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
B) A Defensoria Pública gozará de prazo simples para todas as suas manifestações processuais, nos termos do CPC.
C) A requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada.
D)É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu: I - do afiançado, na ação em que o fiador for réu; II - dos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles; III - dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.

23. Analise as afirmativas abaixo e responda:

A) A pessoa natural ou jurídica brasileira ou estrangeira têm direito à gratuidade da justiça, tendo em vista que são assistidos pela Defensoria Pública.

B) Para as ações fundadas em direito real sobre bens móveis é competente o foro de situação da coisa.
C) O autor pode optar pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de eleição se o litígio não recair sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, divisão e demarcação de terras e de nunciação de obra nova.
D) Á luz do CPC, são condições necessárias para propositura da ação: interesse de agir, legitimidade ad causam e possibilidade jurídica do pedido.

Marque a afirmação CORRETA:

A) Todas as afirmativas estão corretas.
B) somente uma alternativa está correta.
C) há duas alternativas estão corretas.
D) há três afirmativas corretas.

24. Marque a alternativa CORRETA:

A) Na execução de sentenças de mérito proferidas pelo Juiz (título judicial), a forma de defesa é através dos embargos à execução.
B) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público; II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.
C) Não haverá resolução de mérito quando o juiz homologar sentença nos casos que houver da parte o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção.
D) Cabe ao Defensor Público requerer o depoimento pessoal da parte que representa, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, sem prejuízo do poder do juiz de ordená-lo de ofício.

DIREITO PENAL

25. A lei penal mais grave pode ser aplicada ao réu de um crime cuja execução iniciou-se antes da sua vigência se:

A) For um crime considerado hediondo.
B) Se a nova lei tornar mais severa apenas a Regra para a progressão de regime de cumprimento da pena.
C) A nova lei for uma lei penal temporária.
D) A realização da ação típica estender-se para além da entrada em vigor da nova lei.

26. Enfurecido com a infidelidade de Lia, sua noiva, Rui decide ir, à noite, ao apartamento dela para confrontá-la. Ao avistar, na rua, um carro quase idêntico ao de Lia, Rui toma uma pedra e inscreve insultos contra ela na lataria do veículo. Enquanto riscava a pintura, Rui constata que a placa do veículo não corresponde à do carro de Lia. Com base nesse caso, assinale a afirmativa CORRETA.

A) Rui cometeu um crime culposo, pois agiu em erro quanto ao objeto do delito de dano.
B) A pena de Rui deve ser diminuída em razão do erro na execução do crime.
C) O erro sobre a identidade do automóvel não torna o fato atípico por ausência de dolo.
D) Rui é inimputável, uma vez que cometeu o erro impelido por violenta emoção.

27. Ao concluir o curso de Engenharia, Arli, visando fazer uma brincadeira, inseriu, à caneta, em seu diploma, declaração falsa sobre fato juridicamente relevante. A respeito desse ato, é CORRETO afirmar que Arli:

A) Praticou crime de falsificação de documento público.
B) Praticou crime de falsidade ideológica.
C) Não praticou crime algum.
D) Praticou o crime de falsidade material.

28. Em relação à continuidade delitiva, assinale a opção CORRETA.

A) Não se admite continuidade delitiva nos crimes contra a vida.
B) Se inviável a aferição do número exato de crimes, o magistrado pode aumentar a pena no patamar máximo legal de 2/3 com base no longo período de tempo em que tenham sido praticados os crimes.
C) É admissível a continuidade delitiva entre os crimes de roubo e extorsão, se cometidos nas condições de tempo, lugar e outras semelhantes que permitam que os crimes subsequentes sejam considerados continuação do primeiro.
D) O reconhecimento da continuidade delitiva implica a obrigatoriedade de fixação da pena em patamar inferior ao que seria aplicável com base no cúmulo material.

29. Sobre a teoria do crime, é CORRETO afirmar que:

A) O crime é sempre um ato doloso.
B) O crime é um fato típico, ilícito e culpável.
C) O crime exige sempre a presença de uma vítima determinada.
D) O crime só ocorre quando há dano efetivo ao bem jurídico protegido.

30. No Direito Penal brasileiro, o princípio da legalidade significa que:

A) Nenhuma pena será aplicada sem prévio processo legal.
B) Nenhum crime será punido com pena superior a 30 anos.
C) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
D) Nenhuma pena será aplicada sem prévia sentença condenatória transitada em julgado.

31. O arrependimento eficaz ocorre quando:

A) O agente não inicia a execução do crime por motivos alheios à sua vontade .
B) O agente desiste da prática do crime antes de iniciá-lo.
C) O agente impede a produção do resultado após a prática da conduta típica.
D) O agente é perdoado pela vítima após a consumação do crime.

32. A legítima defesa ocorre quando:

A) Alguém repele injusta agressão, atual ou iminente, contra si ou contra outrem, usando moderadamente os meios necessários.
B) O agente pratica o crime sob coação moral irresistível.
C) O agente age no exercício regular de um direito.
D) O agente comete o crime para evitar um mal maior.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

33. Quanto à prova testemunhal,assinale a alternativa CORRETA:

A) A qualquer momento da colheita do depoimento de testemunha, ela poderá ser contraditada.
B) A pessoa que estiver proibida de depor será dispensada do compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.
C) As pessoas impossibilitadas, por doença ou por idade avançada, de comparecer para depor, serão inquiridas onde estiverem.
D) O ascendente da vítima pode se recusar a depor, mas se não for possível, por outro modo, obter-se a prova do fato e de suas circunstâncias, deverá depor sem o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.

34. Cabe habeas corpus quando alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir. Com relação a este instrumento jurídico, assinale a alternativa INCORRETA:

A) Poderá ser impetrado habeas corpus contra decisão que recebe denúncia sem justa causa, ainda que o imputado se encontre no gozo da sua liberdade de locomoção.
B) Cabe ao juiz das garantias julgar o habeas corpus impetrado antes do oferecimento da denúncia.
C) O habeas corpus poderá sem impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, salvo pelo Ministério Público.
D) Se a autoridade policial determinar a instauração de inquérito policial em crime de ação penal de iniciativa privada sem a manifestação de interesse do ofendido, é cabível impetrar habeas corpus contra este ato.

35. Em relação à prisão preventiva, analise os itens a seguir:

I. A prisão preventiva poderá ser decretada na fase pré processual ou em qualquer fase do processo penal.
II. A prisão preventiva poderá ser decretada por requisição do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou, ainda, por representação da autoridade policial.
III. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.
Está correto o que se afirma em:

A) I e III, apenas.
B) Todos os itens estão corretos.
C) Somente o item I.
D) Somente o item III.

36. Com relação às provas no Processo Penal, analise os itens abaixo:

I. São inadmissíveis as provas derivadas de provas ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras ou quando as derivadas puderem ser obtidas por fonte independente.
II. Somente mediante requerimento das partes e observado o contraditório, o juiz poderá ordenar a produção antecipada de provas.
III. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, não podendo supri-lo a confissão da parte.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

A) Todos os itens estão corretos.
B) Somente o item III está correto.
C) I e III, apenas.
D) I e II, apenas.

37. Assinale a alternativa correta sobre o acordo de não Persecução Penal:

A) Pode ser proposto mesmo sendo caso de arquivamento do inquérito policial.
B) A autoridade judiciária pode propô-lo.
C) Indispensável a confissão do investigado.
D) Cabe nos crimes de violência doméstica

38. Assinale a opção que cabe, em tese, Acordo de Não Persecução Penal:

A) O acusado, primário e sem antecedentes criminais, de injuriar e difamar sua ex companheira, por meio de redes sociais, compromete-se com a retratação integral e pública.
B) O servidor público, acusado de corrupção passiva, confessa, formal e materialmente a prática do ilícito, porém, não se compromete com o ressarcimento do dano.
C) O acusado, primário e sem antecedentes criminais, de praticar um crime de menor potencial ofensivo sem violência ou grave ameaça à pessoa.
D) O acusado de furto qualificado, possui outras passagens por delitos patrimoniais insignificantes e, em sede policial, exerceu seu direito ao silêncio.

39. Marque a alternativa correta sobre o juiz das garantias na fase de inquérito policial:

A) Determinar o trancamento do inquérito policial quando não houver fundamento razoável para sua instauração ou prosseguimento.
B) Julgar o *Habeas Corpus* impetrado depois do oferecimento da denúncia.
C) Prorrogar o prazo de duração do inquérito, estando o investigado solto, em vista das razões apresentadas pela autoridade policial.
D) Se o investigado estiver preso, o juiz das garantias poderá prorrogar, duas vezes, a duração do inquérito por até 15 (quinze) dias.

40. O que é, em linhas gerais, o juiz de garantias?

A) É uma espécie de juiz inquisidor, em prol da efetividade da investigação.
B) É um juiz, cuja atuação ocorre na fase pré-processual, na maioria dos procedimentos, em primeiro grau, para fortalecimento do sistema acusatório e da própria imparcialidade do juiz que atuará, depois, na fase de instrução.
C) É um juiz que atua na fase processual, durante a instrução criminal, para fortalecimento do sistema inquisitivo.
D) É um juiz que atua na fase pré-processual, aplicando-se a todo e qualquer procedimento na esfera penal.